

A *khóra* nas *pólis* gregas do Ocidente

Christiane Teodoro Custodio*

CUSTODIO, C.T. A *khóra* nas *pólis* gregas do Ocidente. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 12: 15-22, 2011.

Resumo: Na perspectiva dos espaços construídos, a *pólis* das colônias gregas localizadas no que atualmente denominamos Itália do Sul e Sicília é compreendida como uma comunidade de cidadãos assentada em um território composto pela *ásty* – uma área de maior urbanização, abrigando edifícios cívicos, religiosos e habitações – e a *khóra* – compreendendo áreas de cultivo, pastoreio, bosques e santuários. Desta forma, discutiremos a integração da *khóra* e da *ásty* a partir da observação de suas configurações espaciais e políticas. Analisaremos tanto elementos arqueologicamente identificáveis, como a articulação dos quadriculamentos intra muros e extra muros, quanto o sentido político da *khóra* colonial, tal quando ela própria adquire o sentido de fronteira ou quando das disposições da partilha de terras, caracterizadas pela desigualdade que constitui uma marca da estrutura fundiária da Grécia Arcaica. Com isso, buscamos configurar um quadro onde *khóra* e *ásty* constituem, ao mesmo tempo, uma unidade territorial e a ortogonalidade observada na organização das *pólis* coloniais corresponde às necessidades de uma nova realidade social e política dos assentamentos gregos do Ocidente.

Palavras-chave: *Pólis* – *Khóra* – *Ásty* – Grécia Arcaica.

No início do século VIII a.C. os gregos passaram a fundar assentamentos permanentes e independentes, que reproduziam estruturas de suas comunidades de origem. Este processo de estabelecimento de novos assentamentos, denominados *apoikiai* pelos próprios gregos, foi intitulado pela historiografia como “A Colonização Grega” Ainda que as *pólis* estivessem em desenvolvimento nas comunidades de origem,

elas constituíam a principal referência para estas novas comunidades, sendo copiadas naquilo que possível, e pautavam relações que não eram caracterizadas por domínio ou dependência, mas em um tipo muito específico de complementaridade (Lepore 1973; Malkin 2001 e 2002).

O VII Convênio de Estudos sobre a Magna Grécia realizado em 1967 impulsionou os estudos sobre o território das *pólis* gregas coloniais, o que conjuntamente com a Nova Arqueologia e o método de prospecção de superfícies amplas – *survey* – resultou na proposição de novos problemas interpreta-

(*)Mestranda em Arqueologia Clássica pelo Labeca-MAE/USP. Bolsista CNPq. christianeteodoro@usp.br

tivos sobre a organização e desenvolvimento da sociedade grega antiga.¹ Há de se destacar ainda que os primeiros conhecimentos sobre a *khóra* na Sicília eram oriundos das prospecções no terreno, a constituição de uma cartografia e descrição dos assentamentos. Recentemente tais procedimentos têm sido denominados *survey* e são somados aos recursos de geoprocessamento. Entretanto, o pioneirismo coube aos estudiosos da Magna Grécia e Mar Negro, que empregaram, por exemplo, a fotografia aérea e as prospecções de superfície pelo menos desde os anos 1950.

O elemento central dos trabalhos de 1967 é a cidade e seu território – a *khóra* – como elementos indissociáveis da pólis grega colonial. Podemos acrescentar como paradigmático: a *khóra* entendida como zona de domínio, zona de influência, conforme apontado por Dino Adamesteanu e Ettore Lepore, e a noção da existência de uma zona pública e uma zona sagrada no território das pólis, conforme Vallet; noções estas que se tornaram bases dos estudos posteriores sobre a estrutura da pólis.

A dicotomia apresentada na expressão cidade e território por si só é reveladora de uma leitura que divide a pólis em duas partes distintas e antagônicas: a *ásty*, o núcleo urbano ou a cidade propriamente dita, e a *khóra*, o campo, o espaço onde eram realizadas as atividades produtivas, denominada território em boa parte da bibliografia e descrita como a área adjacente da *ásty*. Entretanto, para os nossos propósitos de estudo pensamos que é pertinente buscar outra forma de explicitar o que entendemos por território. A organização poliade carrega em si uma particularidade: seus territórios, em determinados contextos, estavam constantemente

em construção e/ou modificação, fosse por alargamento da *khóra* – especialmente nas *apoi-kiai* da Magna Grécia –, inscrição de paisagem de poder através da construção de santuários extra-urbanos e ritualização religiosa, ou ainda por processos políticos, como o sinecismo ou a realocação populacional operada por alguns tiranos siceliotas. Assim, seria forçoso, no nosso entendimento, admitir o território de uma pólis como uma base física fixa, a condição geográfica que dava condição à existência do Estado, bipartida em cidade e campo.

No entanto, a “Nova Geografia” possui uma definição que nos parece apropriada para compreender a especificidade territorial das pólis. O geógrafo Claude Raffestin entende o espaço geográfico como um substrato, onde o território é criado, o que lhe permite propor uma definição que acentua o caráter político do território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (Raffestin 1993: 143).

Assim, o território constitui um espaço que resulta das ações sociais, medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites, fronteiras, construções e modificações do meio. Neste sentido o território é:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (Raffestin 1993: 144).

Nesta perspectiva, para a compreensão do território faz-se necessário enfatizar o poder exercido por pessoas ou grupos. Poder e território, embora autônomos, terão de ser enfocados conjuntamente para a compreensão do território. Este poder é relacional, pois está arraigado em todas as relações sociais.

Isto posto, por território da pólis estamos nos referindo ao espaço apropriado e “territo-

(1) La città e il suo territorio. Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia, 8-12 de outubro, 1967. Napoli. Os debates foram retomados trinta e três anos mais tarde em forma de um balanço dos avanços das pesquisas sobre o território das pólis coloniais no encontro: Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mare Nero. Atti del quarantesimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto 29 set a 3 out de 2000. Os resultados dos encontros foram publicados e as referências encontram-se no final deste texto.

rializado” pela sociedade poliade, através da especialização e disciplinamento dos espaços, constituindo suas *áste* para alocar edificações e população urbana, suas *khórai*, onde realizavam as atividades de exploração agropastoril e suas *eschatiai*, os terrenos limítrofes da pólis, comumente associadas a áreas improdutivas, incultiváveis por se tratarem geralmente de planícies, vales e montanhas, usadas como reservas de matérias-primas. Com relação a estas últimas, vale lembrar que, também aqui, estudos arqueológicos mais recentes tem indicado muitas outras possibilidades interpretativas uma vez que os vestígios materiais demonstram a existência de atividades produtivas nessas áreas e indicam que estas assumiram diversos sentidos simbólicos entre os gregos.²

Esta concepção de território que abarca a fluidez das relações de poder também nos permite trabalhar de forma mais segura com a constante mobilidade verificada na construção de fronteiras e definição de marcadores territoriais observados nas pólis gregas, conforme exposto acima. Assim munidos, podemos lançar nossas observações sobre a importância da *khóra* na constituição dos territórios poliades.

A palavra *khóra*, segundo Lepore, no contexto das colônias gregas ocidentais significava zona de domínio, zona de influência. No entanto, este sentido foi obliterado pelo significado helenístico-balcânico das fontes escritas. Na *khóra* assim entendida, podemos distinguir os elementos que vão se constituindo ao longo do desenvolvimento dessas novas comunidades poliades, como por exemplo, as *eschatiai* – terras indivisíveis, que não poderiam ser usufruídas pela comunidade –; ou ainda a questão do alargamento gradual do território e a demografia daquelas comunidades (Lepore 1973: 31).

A observação dos assentamentos coloniais revela uma variabilidade de funções no interior destes territórios, o que torna difícil dividi-los em categorias muito específicas. E não é possível

compreender a *khóra* das pólis do Ocidente sem assumir que ela faz parte fundamental da própria colonização. Considerar a colonização um fenômeno generaliza um processo que foi complexo e oblitera a compreensão das especificidades de cada uma das pólis coloniais, bem como o entendimento do processo de aquisição de novas terras ocorrido na Grécia Ocidental do período Arcaico.

Quanto ao tratamento da *khóra*, já na década de 1960 era questionado o sentido estritamente geográfico da *khóra* e propunha-se acento no sentido político da sua existência e organização, especialmente quando assume o sentido de fronteira, e quando integrada à organização espacial da área urbana; por exemplo: processo de aquisição de novas terras quer seja por alargamento da *khóra* ou através de disputa com outras comunidades.

Desde a década de 1960 também se questiona a *isomoiria* – a igualdade na divisão dos lotes – e a vê como resultado de uma tradição posterior, cristalizante, de uma legislação repressiva ou ainda de uma utopia e de uma aspiração ideal – oriundas dos textos dos autores gregos dos séculos V e IV. Assim, fazia-se premente a compreensão dessas instituições a observação aos aspectos formais da relação cidade-território (Lepore, 1967: 41), bem como a natureza dos limites dos assentamentos (elementos geográficos, topográficos, ou decisão política). A inalienabilidade das terras é algo contrastante com a realidade da *khóra* evidenciada materialmente; são formas cristalizadas, resultado de abstração posterior, de uma legislação repressiva ou ainda utópica e de aspirações ideais, não compatíveis com a evidência material. Portanto, se fazia necessário um maior desprendimento das fontes textuais para alcançar uma melhor compreensão do fenômeno. Atualmente entende-se que a desigualdade na partilha das terras é algo inerente à estrutura fundiária da Grécia Arcaica; por extensão, a *khóra* influencia as estruturas e instituições da pólis.

Defendia-se também uma análise dos empreendimentos de expansão territorial, fosse por alargamento da *khóra* fosse por aquisição através de disputa com outras comunidades; processos que, na verdade hoje sabemos, devem

(2) Para uma visão mais abrangente sobre a redefinição de usos das *eschatiai* a partir dos levantamentos arqueológicos, veja: Daverio-Rocchi 1988; Rousset 1994 e Giangulio 2001. Vide também Projeto 2 do Labeca em www.mae.usp.br/labeca.

ser compreendidos à luz das estruturas de poder e da economia arcaica. As lacunas da documentação do período não podem ser utilizadas para inferir uma relação de profunda distância entre gregos e indígenas e a superioridade – sobretudo a agrícola – dos primeiros.

A *khóra* também se apresenta infinitamente importante nos conflitos entre as pólis gregas, sobretudo quando uma colônia estava em expansão e avançava, fosse sobre território de outra colônia, fosse sobre áreas indígenas que constituíam zonas de influência de outras pólis (Lepore 1973: 48 ss). Essa *khóra* é caracterizada pela elasticidade, por possibilidade de invasão, dependência política ou autonomia formalmente reconhecida. Ela possibilita ainda a formação de uma classe dirigente mista. Posto que a fundação constituísse um empreendimento *ex-novo*, ela poderia abarcar a existência de uma nova elite dirigente mista na embrionária estrutura política das comunidades, o que derivaria e marcaria sua heterogeneidade, conforme vem mostrando a Arqueologia.

Segundo a historiografia tradicional, o processo de aquisição de terras em território estrangeiro era narrado de forma simplista: os gregos subjogavam as populações nativas, fosse através de sua força bélica ou superioridade cultural (Owen 2005: 6). No entanto as escavações arqueológicas têm mostrado em diferentes colônias vestígios de ocupação simultânea de gregos e populações locais; por vezes a estratigrafia mostra evidências de coabitação em períodos anteriores à data de fundação do assentamento, o que sugere que gregos e a população local dividiam parte do território de forma consensual, realizando negociações que poderiam preceder a fundação efetiva da cidade grega e a posterior vinda de novos contingentes de colonos; que o contato dos gregos com os habitantes locais poderia ter sido menos belicoso do que estudos mais antigos postulavam; que a superioridade cultural como justificativa do êxito das pólis coloniais não se confirma diante dos vestígios arqueológicos, conforme atestado, por exemplo, nos estudos realizados nos sítios de Metaponto e Selinonte conforme veremos sucintamente a seguir.

Dentre os resultados obtidos nos últimos 40 anos podemos destacar que cresceu muito

o conhecimento cartográfico sobre a *khóra* das colônias gregas. Diversos elementos entraram em jogo na sistematização dos dados sobre a *khóra*, os padrões de assentamento, os lotes, lugares de culto, necrópoles (fora dos muros), as *eschatiai*, as fortificações e a infra-estrutura econômica. Também houve uma melhor sistematização dos lotes da área rural e dos limites territoriais. Também a tipologia dos santuários, divididos em urbanos, extra-urbanos e suburbanos proposta por Georges Vallet já em 1968 é uma conquista destes estudos. Os estudos sobre a relação cidade-território evidenciaram um novo quadro sobre a constituição social e étnica das pólis coloniais.

É nossa intenção aqui destacar alguns dos resultados obtidos por esta nova perspectiva em relação ao território das cidades gregas nos sítios de Metaponto e Selinonte.

As prospecções intensivas realizadas em Metaponto foram iniciadas em 1981 e foi o primeiro projeto realizado sistematicamente com o aporte da prospecção de superfícies amplas em um sítio grego da Itália do Sul. Os dados levantados colocam este sítio em uma posição privilegiada, sendo uma das principais evidências de distribuição cronológica e geográfica dos antigos gregos e romanos (Carter 2006).

Metaponto foi fundada por colonos aqueus do norte do Peloponeso no final do século VII a.C. As fontes sobre a fundação desta pólis são muito lacunares e o pouco que se sabe sobre a época de estabelecimento dos colonos gregos neste território é repleto de controvérsias. Acredita-se que havia neste assentamento uma dinâmica de tipo proto-colonial, ou seja, em uma das fases de ocupação, ainda nos séculos IX e VIII a.C., os gregos habitavam núcleos próximos à costa e aos rios com o consenso dos indígenas da região. Posteriormente teria sido efetuada a fundação da pólis grega propriamente dita (Adamesteanu 1973; De Siena 1996 *apud* Carter 2006: 63).

A escolha do sítio aparenta, *a priori*, uma busca por terras com potencial agrícola, posto que o local se situa entre as fozes dos rios Bradano e Basento, na costa jônica da Itália. Chama a atenção na bibliografia sobre este sítio o destaque dado para a prosperidade que esta

apoikia alcançou em pouco tempo, o que se deve à sua vasta *khóra* e posicionamento marítimo estratégico, bem no meio da rota que ligava a Grécia continental ao Mediterrâneo Ocidental. É arqueologicamente verificável que a área era freqüentada pelos gregos desde a Idade do Bronze (Carter 2006).

Metaponto começou a despertar maior interesse dos investigadores após observações de fotografia aérea na década de 1950. Foi dada importância aos terrenos limítrofes com populações vizinhas e ao processo de pacificação seguido de rápida penetração e aquisição de terras. Segundo Adamesteanu, os vestígios arqueológicos apontaram para uma fase de ocupação inicial datada da primeira metade do século VII, período em que se constatou a construção de um santuário extra-urbano que assinalava a posse do território. As pesquisas constataram uma segunda fase de ocupação do território, esta de caráter expansionista, ocorrida durante o século VI. O dado interessante é que este processo de alargamento da *khóra* é realizado de acordo com o emprego do traçado de uma malha de organização do espaço ortogonal já existente no sítio, ainda que tenha ocorrido um deslocamento de orientação em uma segunda grade que se sobrepos à primeira (Adamesteanu 1973: 49-50). Para Adamesteanu, teria ocorrido em Metaponto um alargamento territorial com a criação de quarteirões alongados (*estrigas*) dispostos ortogonalmente; numa primeira fase teria sido realizada a posse do território, e na segunda uma ocupação de fato.

Além disso, na medida em que o que nos interessa em última análise é conhecer melhor a 'natureza' mesma da pólis, consideramos revelador o fato de que a única estrada deste sítio cujo traçado não obedecia às linhas da grade ortogonal era a que servia para as procissões em direção ao santuário de Hera. Outro interessante dado é a constatação de que um grande número de fazendolas do sítio estava localizado a uma distância de cerca de 3.500 metros da *asty*; distância pequena em relação à área "urbana" quando comparada com o padrão de ocupação da *khóra* de outras pólis. Ainda no tocante aos aspectos religiosos da pólis de Metaponto, no local do santuário atribuído a Zeus

Aglaios foram encontrados vestígios de cerâmica que indicam atividade cultural em períodos bastante recuados - Idade do Ferro. Tais indícios apontam para uma reocupação religiosa grega de um local que pregressamente abrigava atividades de culto - mais um elemento verificado em várias pólis gregas.

Os resultados das prospecções e escavações fizeram com que alguns autores, como Adamesteanu (1971: 18-20, *apud* Carter 2006: 56) postulassem que neste sítio ocorria uma convivência simbiótica entre gregos e indígenas. Outros, como Orlandini (1999 *apud* De Siena 2001: 20) preferem a hipótese da sobreposição grega ao assentamento indígena, reforçada pela redução da produção local de artefatos, pelo surgimento de novas técnicas de produção, pela existência de uma planta ortogonal e pelo uso do tijolo cru. Entretanto, os estudos de De Siena apontam para a descoberta de estruturas ao longo do território que demonstrariam continuidade das habitações indígenas, com sutis melhoramentos assimilados das construções gregas. Soma-se a isto a presença de artefatos de cerâmica e de outros vestígios que acabam por reforçar a idéia de coabitação do sítio, bem como de assimilação de novos elementos, no caso, gregos, pela cultura local (1996 *apud* De Siena 2001: 20).

Já Selinonte, pólis fundada por colonos oriundos de Mégara Hibleia, assentamento situado a leste da Sicília, tem uma data de fundação controversa. Tucídides sugere que a fundação ocorreu entre 628/7 a.C., cem anos depois da fundação de sua metrópole (Tucídides, VI). Entretanto, Diodoro sugere que a fundação ocorreu entre 651/0 (Diodoro Siculo, XIII). Vestígios materiais corroboram a cronologia sugerida por Diodoro (Tusa 1982 e Rallo 1982, *apud* Fisher-Hansen; Nielsen; Ampolo 2005: 221). Existe ainda a possibilidade das duas cronologias estarem corretas. A dupla data poderia indicar uma instalação inicial dos colonizadores, em acordo com os grupos nativos, e a segunda, a fundação da cidade propriamente dita. Neste sentido se enquadra na tese de proto-colonização também aventada para Metaponto. Este panorama seria atestado pelas escavações realizadas em *Manuzza*, uma área residencial que possui vestígios datados a partir de meados

de 650 a.C., e que indicam presença grega e indígena. Os especialistas sugerem ainda que neste período teria ocorrido uma simbiose de culturas (Gabba e Vallet 1980: 637).

Selinonte também tem o seu desenvolvimento econômico e material acelerado atribuído à prosperidade da sua *khóra*. O sítio é explorado arqueologicamente desde o século XIX, mas as pesquisas sempre favoreceram a arquitetura cívica, as áreas de habitação e cemitérios, o que implica em não termos um quadro tão refinado como o de Metaponto para explicitar a situação da *khóra* de Selinonte. Contudo, a prosperidade econômica atestada arqueologicamente é um indicativo da importância que a sua *khóra* tinha, em extensão e produtividade. Sabemos que os programas de construções públicas empreendidos já pelos colonos da primeira e segunda geração de selinuntinos teve custos muito elevados, dependiam, portanto da prosperidade econômica da pólis. Uma vez que o território era fundamental para o seu desenvolvimento, as questões que dizem respeito à sua integração com a área urbana através da malha, vias de acesso, portas e muros tem sido foco da atenção dos arqueólogos nos últimos anos. Também vem merecendo atenção os aspectos relativos à paisagem de poder sagrado, cujo funcionamento pode ser revelador de pontos cruciais sobre a ocupação e desenvolvimento de sua *khóra* (De Angelis 2003: 168 ss).

Importante destacar que Selinonte é uma colônia secundária, ou seja, no processo colonizador, algumas pólis coloniais fundaram suas próprias apoikias. Durante muito tempo os estudiosos acreditaram que a fundação de apoikias por parte das 'cidades-mãe' da Grécia balcânica e as fundações realizadas pelas próprias colônias poucas gerações depois de terem se estabelecido em território estrangeiro eram parte de um mesmo fenômeno histórico. No entanto, este processo tem sido visto nas últimas décadas como o resultado da prosperidade das cidades-mãe, que empreendiam suas fundações coloniais para tirar vantagens da exploração econômica que já não era possível em seus próprios territórios. No mundo competitivo da Sicília grega arcaica "... colonizar era, para a maior parte [das pólis] um sinal de vitalidade" (Figueira 1985: 275, *apud* De Angelis 2004: 105).

Fica claro que é pouco provável compreender mais aprofundadamente a complexidade destas pólis sem um exame acurado das *khórai*. É neste sentido que nossa pesquisa está articulada. Buscaremos compreender o processo de integração do território da pólis de Selinonte, realizando um estudo da organização e apropriação do espaço na *khóra* e na *ásty*. O levantamento sistemático do *Corpus Documental* dos vestígios arqueológicos é composto pelas estruturas urbanísticas desta pólis: plantas da cidade, traçado da malha urbana, localização das construções públicas (edifícios cívicos e obras de beneficiamento urbano), construções privadas (casas, oficinas), construções religiosas (templos, santuários, pequenas capelas, depósitos votivos), necrópoles, ocupação da *khóra* (fazendolas, abrigos sazonais, moradias permanentes e sistemas defensivos (muros e portas).

Assumindo o território como o local de projeção do trabalho humano e revelador das relações de poder (Raffestin 1993), iremos examinar as diferentes formas de especialização de espaços desta pólis. Nossas entradas nesta temática se darão por via do estudo da acomodação de populações e de suas respectivas edificações na *ásty*, das atividades de exploração agropastoril e comercial em sua *khóra* (o campo, suas estradas e vias de circulação de pessoas e produção) e ainda do estudo das *eschatiai*, áreas menos ocupadas, mas de onde as populações extraíam provisões importantes de madeira e outros recursos naturais. Pretendemos assim, compreender melhor o processo de construção do território de Selinonte.

De uma forma geral os estudos mais recentes que têm focalizado o contato entre indígenas e gregos apontam para menos homogeneidade quanto às formas de contato e conquista. Enquanto em alguns casos a arqueologia atesta hibridização e ocupação consensual de terras indígenas pelos colonos gregos, noutros casos evidenciam-se períodos de disputa e coexistência pacífica. Atentamos para o fato de que estes estudos pautam-se na existência de múltiplas especificidades em cada uma das experiências coloniais, e por isso seus resultados têm permitido um novo olhar para a colonização grega arcaica.

Persistem ainda algumas questões não resolvidas: a dimensão da produção agrícola obtida na *khóra* colonial – porque ainda não se conhece minuciosamente as medidas de cada um dos lotes. Os dados obtidos nas publicações são divergentes e não se dimensionam ainda, com precisão, as áreas de cultivo, áreas de pastoreio, da habitação de cada lote.

Contudo, não há dúvida de que toda colônia tinha sua *khóra*. Isso novamente não exclui que algumas pólis fossem mais comerciais do que agrícolas; no entanto se faz necessário compreender quais eram as funções dominantes nas diferentes pólis; e quando emergiu a vocação das atividades dominantes, por fatores regionais ou se por decisões políticas.

Quanto aos diversos modelos de organização espacial das pólis, cada um refletia de forma específica a organização da cidade. O primeiro deles é o ortogonal, onde a cidade e o território

são organizados a partir do quadrilamento do assentamento; e o radial, onde as vias de acesso ao território eram irradiadas a partir da área central da cidade. Tal sistematização não é meramente uma tipologia da organização do espaço, uma vez que o modo de organização do espaço ocupado pela colônia, pensado e planejado era resultado da especialização das funções de cada uma das colônias, das condições geográficas locais, ou ainda das relações com a metrópole. Sendo a ocupação gradual e o alargamento do território particularidades do mundo ocidental, tais elementos têm merecido destaque nas pesquisas das últimas décadas, o que vem a corroborar a importância dos estudos relativos à *khóra* e seu território para uma melhor compreensão não apenas da colonização, mas da organização social grega no período Arcaico.

São estes os parâmetros, portanto, que guiam nosso estudo sobre a *khóra* de Selinonte.

CUSTODIO, C.T. *Khóra and ásty in the Greek Western póleis*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 12: 15-22, 2011.

Abstract: From the perspective of the built environment, the *póleis* of the Greek colonies located where we nowadays call Southern Italy and Sicily is seen as a community of citizens settled in a territory composed by the *ásty* – a more urbanized area in which habitations, civic and religious buildings can be found – and the *khóra* – in which we find sanctuaries, woods, cultivation and pasture areas. With that in mind, we aim to discuss the integration of the *khóra* and of the *ásty* from its spatial and political configurations. We analyze not only the archeologically identifiable elements, such as intra walls and extra walls grid-patterns, but also the political connotation of the colonial *khóra* when, for instance, it acquires the meaning of frontier itself, or when it comes to land division, branded by the inequality that is one of the characteristics of the landholding structure of Ancient Greece. Thus, our intention is to configure a framework in which *khóra* and *ásty* constitute, at the same time, a territorial unity and orthogonality observed in the organization of colonial *pólis* corresponding to the needs of a new social and political reality of the Greek settlements of the West.

Keywords: Pólis – Khóra – Ásty – Archaic Greece.

Referências bibliográficas

- AAVV *La città e il suo territorio*. Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia, Taranto, 8-12 de outubro, 1967. Nápoles, L'Arte Tipografica, 1968.
- AAVV *Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mare Nero*. Atti del quarantesimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto 29 set-3 out 2000. Taranto, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grécia, 2001.
- ADAMESTEANU, D.
1973 Le suddivisione di terra nel Metapontino. In: Finley, m. (Ed.) *Problèmes de la terre en Grèce ancienne.: recueil de travaux*. Paris - La Haye: Mouton: 49-62.
- CARTER, J.C.
1990 Metapontum - Land, wealth and population. In: Descoedres, J.-P. (Ed.) *Greek colonists and native populations*. Oxford, Clarendon Press: 405-441.
- 2006 *Discovering the Greek countryside at Metaponto*. Thomas Spencer Jerome Lectures Twenty-third Series. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- DAVERIO-ROCCHI, G.
1988 *Frontiera e Confini nella Grecia Antica*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- DE ANGELIS, F.
2003 *Megara Hyblaia and Selinous. The Development of two Greek City-States in Archaic Sicily*. Oxford, University School of Archaeology, Monograph n.55.
- 2004 The Foundation of Selinous: overpopulation or opportunities? In: De Angelis, F.; Tsatskhladze, G.R. (Eds.) *The Archaeology of Greek Colonisation. Essays dedicated to Sir John Boardman*. Oxford, Oxford Books, Monograph 40: 87-110.
- DE SIENA, A. (Ed.)
2001 *Metaponto. Archeologia di una colonia greca*. Taranto: Scorpione Editrice.
- FINLEY, M. (Ed.)
1973 *Problèmes de la terre en Grèce ancienne: recueil de travaux*. Paris - La Haye: Mouton.
- GABBA, E.; VALLET, G. (Eds.)
1980 *La Sicilia Antica*. Napoli: Società Editrice Storia di Napoli del Mezzogiorno continentale e della Sicilia.
- GIANGIULIO, M.
2001 L'eschatia. Prospettive critiche su rappresentazioni antiche e modelli moderni. In: *Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mare Nero*. Atti del quarantesimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto 29 set-3 out 2000. Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia. Taranto: 333-361.
- FISHER-HANSEN, T.; NIELSEN, T.H.; AMPOLO, C.
2004 Selinous. In: Mogens, H.H.; Nielsen, T.H. (Eds.) *An Inventory of Archaic and Classical Pólis*. Oxford - New York, Oxford University Press: 220-224.
- HURST, H.; OWEN, S. (Eds.)
2005 *Ancient Colonizations: Analogy, Similarity and Difference*. London: Duckworth.
- LEPORE, E.
1973 Problemi dell'organizzazione della chora coloniale. In: Finley, M.I. (Ed.) *Problèmes de la terre em Grèce ancienne*. Paris - La Haye, Mouton: 15-48.
- MALKIN, I.
2001 Introduction. In: Malkin, I. (Ed.) *Ancient Perceptions of Greek ethnicity*. Washington, D.C., Center for Hellenic Studies, Trustees for Harvard University: 1-28.
- 2002 Exploring the validity of the concept of 'foundation': A visit to Megara Hyblaia. In: Gorman, V.B.; Robinson, E.W. (Eds.) *Oikistes. Studies in constitutions, colonies, and military power in the Ancient World offered in Honor of A. J. Graham*. Leiden, Brill: 195-225.
- MERTENS, D.
2006 *Città e Monumenti dei Greci d'Occidente*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- RAFFESTIN, C.
1993 *Por uma geografia do poder*. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.
- ROUSSET, D.
1994 Les frontières des cites grecques. Premières réflexions à partir du recueil des documents épigraphiques. *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, V: 97-126.
- VALLET, G.
1968 La Cité et son territoire dans les colonies grecques d'Occident. In: AA.VV. *La Città e il suo Territorio*. Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto, 8-12 de outubro, 1967. Taranto, L'Arte tipografica Napoli: 67-142.
- 1996 Métropoles et colonies, leurs rapports jusque vers la fin du VIe siècle. In: Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia III, 1963, Napoli [1964]: 19-32.